

XXXIII Encontro de Pesquisadores da América Latina (EPAL)

Prezados (as),

É com grande alegria que anunciamos que nosso próximo encontro será no dia **11 de junho**, segunda-feira, entre às 14 e 17:30 horas, na sala 258 do prédio principal da Escola de Comunicações e Artes (ECA/USP), no campus Cidade Universitária da Universidade de São Paulo. Na ocasião contaremos com a seguinte programação:

Os povos indígenas e o constitucionalismo latino-americano: entre o multiculturalismo neoliberal da década de 1990 e a interculturalidade decolonial do século XXI

Bruna Muriel Huertas Fuscaldo (UFABC)

O trabalho busca compreender os aspectos inovadores do constitucionalismo latino-americano do século XXI, através do debate sobre as diferenças entre a proposta da *interculturalidade*, prevista pelas últimas Constituições equatoriana (2008) e boliviana (2009), e o projeto do *multiculturalismo liberal* implementado no âmbito do constitucionalismo latino-americano da década de 1990.

Observamos que subjaz a ideia da *interculturalidade* um projeto político de superação tanto das hierarquias que inferiorizam os povos indígenas quanto de sua situação de marginalização social no interior de um sistema social percebido como sistema moderno capitalista e colonial. Enquanto isso, os programas políticos de promoção de direitos e de reconhecimento da diversidade étnico-cultural do *multiculturalismo liberal* evidenciaram, muitas vezes, um caráter profundamente conservador, ao considerarem os povos indígenas como beneficiários de direitos e políticas sociais específicas e localizadas, sem que eles jamais formassem parte dos processos decisórios da política nacional. Além disso, por diversas vezes os programas concederam um caráter “apolítico” às políticas da diversidade, obliterando as reais relações de poder e de exploração econômica existentes.

Nesse sentido, entende-se que, embora as reformas constitucionais multiculturais neoliberais da década de 1990 tenham desafiado a perspectiva do Estado-nação homogêneo e monocultural na América Latina, elas não apontaram para a modificação das estruturas do poder político e econômico que organizam o Estado e que, na região, sempre esteve concentrada nas mãos das elites político-econômicas, brancas. Diferentemente, o constitucionalismo transformador da Bolívia e do Equador do século XXI desafiam o sistema capitalista e colonial ao preverem ações políticas emancipatórias, que apontam para a ruptura com a histórica situação de marginalização social e com a sistemática inferiorização destes povos.

Mulheres bolivianas e trabalho doméstico em São Paulo

Eloah Maria Martins Vieira (UFPE)

Os movimentos migratórios de pessoas vindas de outros países da América Latina para o Brasil são intensos. Na cidade de São Paulo, estima-se que a comunidade boliviana corresponda a 300 mil pessoas (FIORAVANTI, 2015). Com relação aos/as bolivianos/as imigrantes residindo na Região Metropolitana de São Paulo, quase a metade são mulheres (XAVIER, 2012). Neste artigo, pretendemos discutir como que mulheres bolivianas na cidade de São Paulo articulam o trabalho doméstico em suas casas e famílias. Ou seja, estamos refletindo sobre as estratégias de mulheres bolivianas na cidade de São Paulo para a execução dos trabalhos de limpeza, cozinha e cuidado com seus filhos. Considerando que o trabalho doméstico é intermitente e equivale a grande parte do dia de muitas mulheres (POMBO, 2010; ÁVILA, 2009), destacamos a importância e pertinência de estudá-lo. Ainda que tanto no Brasil como na Bolívia, o trabalho doméstico seja culturalmente associado às mulheres (DURHAM, 1983; PARELLA, 2012), a imigração de bolivianas para São Paulo pode significar o contato destas imigrantes com diferentes modos de organização deste trabalho ou a necessidade de reorganizá-lo em suas casas ou famílias. A partir de outras pesquisas, podemos observar uma multiplicidade de estratégias para a execução do trabalho doméstico: contratação de trabalhadora doméstica, jornada de trabalho simultânea, dupla jornada de trabalho. Podemos pensar também em cadeias globais de cuidado (PÉREZ OROZCO, 2010) compostas por mulheres que, caso tenham filhos, podem migrar e seus filhos podem permanecer no país de origem. O artigo em questão é fruto de um mestrado em desenvolvimento. No presente momento, estamos em campo, coletando dados através de entrevistas e observação participante. A partir do contato com algumas mulheres bolivianas em São Paulo, percebemos que de fato as estratégias de execução são diversas. Pudemos escutar em campo mulheres que afirmam que seus maridos participam da execução do trabalho doméstico, sendo esta uma condição do seu relacionamento, assim como mulheres que se afirmaram como “mães solas” e migraram acompanhadas por trabalhadoras domésticas bolivianas. Além disso, também conhecemos mulheres que imigraram sozinhas e seus filhos ficaram na Bolívia, podendo configurar uma cadeia global de cuidado. Passado um tempo, seus filhos, ainda crianças, migraram pra São Paulo. Atualmente, algumas destas mulheres participam do trabalho de cuidado para com seus netos. Dessa forma, podemos pensar como as estratégias para execução do trabalho doméstico variam não só entre mulheres, como ao longo do tempo. Portanto, a análise destas estratégias podem elucidar diferentes dimensões das vidas das bolivianas e relações construídas entre Bolívia e Brasil

AMNÉSIA COLETIVA: Silêncio, medo e censura nos períodos de transição política e suas continuidades

Adriana Gianvecchio (USP)

As ditaduras da América Latina, em geral, e seus mecanismos de controle são muito semelhantes, uma vez que as estratégias de dominação, de censura e de cerceamento de liberdades, construíram o esquecimento que se consolidou com o encaminhamento institucional da violência em diferentes países, de forma análoga. Se esse esquecimento se expressou na forma da impunidade, a corrupção, a banalização da violência e o

imobilismo foram efeitos dessa tentativa de impor uma “amnésia coletiva” sobre a sociedade civil e se projetaram como parte dos desdobramentos não-resolvidos que conectam a conjuntura atual dos países da região, em processo de consolidação da democracia. Os períodos pós-ditatoriais na América Latina ainda enfrentam as conseqüências desse silenciamento e da implantação do medo, em todas as áreas da sociedade desacreditada. Os processos de transição política e redemocratização se mostraram frágeis e o silêncio institucional e a impunidade se fizeram presentes a partir do controle da imprensa e da luta para conseguir acessar os arquivos oficiais em sua integridade, dessa forma reduzindo a possibilidade de conhecer aquele passado traumático. Podemos, portanto, chamar de “silêncios cúmplices” os processos resultantes das proibições oficiais após períodos ditatoriais, que se revelaram nas transições de processos de democratização.

Os fatores que levaram ao apagamento de uma parte da história são múltiplos e se ancoram em uma cultura e em uma educação falhas, tendenciosas, no sentido de elucidar os fatos e contar versões outras, sobretudo, a dos chamados vencidos, que tiveram suas histórias interrompidas numa escala de violência de crimes cometidos pelo Estado, impunemente. E que resultou em profundos traumas e cicatrizes: torturas e assassinatos pessoas, exílios, destruição de famílias; de estruturas físicas e emocionais. Seja pela longa duração da cultura do medo, seja pelo que chamaremos de uma tradição do esquecimento, da ausência de memórias, considerando-se que a amnésia política é retroalimentada por uma estrutura para o tratamento dessas memórias e, conseqüentemente, pela educação, como também nas esferas institucionais.

No caso das ditaduras latino-americanas recentes, entretanto, a questão do esquecimento relaciona-se a uma ação institucional de esquecimento induzido, “de cima para baixo”, desmemória. Esta desmemória, tem sido um dos aspectos centrais na complexa relação lembrar-esquecer, ao mesmo tempo que, tem explicitado o desconhecimento de parte desse passado diante da impossibilidade concreta de conhecer e acessar certos fatos que deveriam permitir a elaboração e a seleção de lembranças. Sem dúvida, a desmemória tem sido sinônimo de silêncio ou de apagamento da memória; mas, simultaneamente, também tem sido o silêncio e o apagamento de parte da própria história. Por isso, a análise da temática da memória permite reconhecer a existência do esquecimento, dos silêncios e dos não-ditos. O esquecimento pode resultar de uma opção individual ou coletiva de restringir certas lembranças ao essencial. Mas pode também servir para uma ação qualitativamente diferente, a de ocultar. Diante disso, é sempre útil a fórmula que propõe Peter Burke: “quem quer que quem esqueça o quê e por quê?”.

Essa comunicação parte de um olhar para as conseqüências de processos de esquecimento e suas continuidades nos processos de redemocratização.

A integração regional sob a luz da esquerda: uma realidade política latino-americana

Bruno Massola Moda (PROLAM/USP)

A projeção da América Latina como uma região relevante no sistema internacional tornou-se uma realidade conquistada nos primeiros quinze anos deste século. Partindo do isolacionismo durante o período colonial, passando por incipientes exercícios de política externa autônoma durante o século XIX, pelo alinhamento à zona de influência euroamericana, pela tutela política, durante as ditaduras militares no subcontinente, e econômica, com a imposição do consenso neoliberal, e, finalmente, alcançando na primeira década do

presente século um novo modelo de inserção internacional através de processos de integração. Este posicionamento orientado à autonomia regional se consolidou pela combinação de dois fatores: crescimento econômico dos países latino-americanos e a intensificação do cooperativismo regional seja no campo político e econômico.

O paradigma neoliberal, sistematicamente introduzido na América Latina nas décadas de 80 e 90 provocou alterações no rumo político e econômico do subcontinente. Pela via econômica, houve um contínuo processo de reestruturação de forma a alinhar as políticas econômicas nacionais aos preceitos contidos no Consenso de Washington. Pela via política destacaram-se os campos interno – cujas principais características foram: aproximação com grupos de direita, a implantação da ideologia do privado em oposição ao público e o fortalecimento de práticas capitalistas excludentes – e o externo – que buscou orientar as relações internacionais a fim de fortalecer as parcerias com atores desenvolvidos, em destaque Estados Unidos e países europeus.

A exaustão do neoliberalismo foi estruturada através do desalinhamento político latino-americano aos tradicionais grupos de poder historicamente alocados no bojo político-ideológico da direita para o campo progressista da esquerda. A díade direita e esquerda voltava à arena política uma década após a queda do Muro de Berlim e, por consequência, a assunção do colapso do socialismo como modelo político-econômico. Desta forma, emergia uma nova ordem política orientada ao progresso regional, influenciadas não apenas, mas em grande parte, pelo solidarismo e cooperativismo, estabeleceu-se um diálogo político na região resultando em processos de integração. Assim, esta comunicação se debruça sobre os desdobramentos desta nova realidade político-econômica para as relações internacionais da região, a fim de constatar a influência da esquerda latino-americana, representada pelos governos eleitos no período de 2000 a 2014, no desenvolvimento de arranjos regionais, identificar tais arranjos e identificar os principais atores que estiveram à frente dos processos.

Dentre os países que mais se destacaram no desenvolvimento de tais arranjos estão o Brasil e a Venezuela que nos anos 2000 vivenciaram uma realidade político-ideológica orientada por um modelo de governança de esquerda. Em ambos os países se observou um movimento similar de fortalecimento da figura presidencial, Luiz Inácio Lula da Silva no Brasil e Hugo Chávez na Venezuela, o que desencadeou em um fenômeno político ligado a figuras de ambos: o Lulismo e o Chavismo respectivamente. Tais fenômenos alinhados às agendas de política externa mais autonomistas em ambos os países, proporcionaram a formação dos dois arranjos regionais de origem política: a Aliança Bolivariana para os Povos da Nossa América (ALBA) e a União das Nações Sul Americanas (UNASUL).

Contamos com a presença de todos (as),

Serão fornecidos certificados de participação

Realização: PROLAM/USP- Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina da
Universidade de São Paulo

Organização e Coordenação: Alunos e ex-alunos do PROLAM/USP

Apoio: ECA/USP- Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo